



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

No dia 29 de agosto o deputado abaixo-assinado enviou ao Senhor Ministro da Administração Interna a pergunta sobre “Aeroporto de Faro – Falta de recursos e meios”, sem que, até à data, tivesse chegado ao Grupo Parlamentar do CDS-PP qualquer resposta.

De acordo com o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, terminou já o prazo de 30 dias fixado como limite para resposta.

Independentemente de os problemas enunciados poderem estar, para já, parcialmente resolvidos, o deputado abaixo-assinado vem, deste modo, submeter novamente as perguntas então formuladas, assim como os respetivos considerandos, aguardando resposta no prazo fixado pela lei:

«Num período em que se procura promover a atividade económica em Portugal, nomeadamente o Turismo, noticiou a comunicação social que as zona de controlo de chegadas do Aeroporto de Faro apresentaram longas filas para verificação de documentos e que o motivo para tal aglomeração, alegadamente, se relacionou com a falta de funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e falhas nos equipamentos operados.

No decorrer desta semana o Reino Unido abriu o corredor aéreo com Portugal, representando cerca de 80% da origem dos voos que aterram no Aeroporto de Faro, sendo esperado um aumento diário do número de voos (+190%). Estes passageiros têm sido recebidos na chamada “sala de inverno”, com apenas cinco posições de controlo documental, referenciados pelo SEF como insuficiente em proporção com o número de pessoas esperadas.

O CDS entende que são necessários esforços para evitar aglomerações de pessoas, bem como promover a confiança junto dos que nos visitam, demonstrando que Portugal é um país seguro,

que cumpre com todas as medidas de segurança e prevenção exigidas pela doença Covid-19. Só com confiança será possível restabelecer as atividades económicas do nosso País, e em particular do Algarve, que são muitas delas desenvolvidas com forte aposta no Turismo.

O Aeroporto de Faro é uma das portas de entrada a milhares de visitantes, pelo que entendemos que é urgente que sejam criadas condições, quer pela ANA – Aeroportos de Portugal, como entidade gestora do Aeroporto de Faro, quer também por parte dos serviços de controlo de entradas no país, assegurando as devidas condições exigidas pelos requisitos deste difícil período de pandemia.»

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O Deputado do CDS-PP, abaixo-assinado, vem por este meio requerer ao Senhor Ministro da Administração Interna, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, resposta à seguinte pergunta:

1- Com quanto tempo de antecedência comunica a ANA – Aeroportos de Portugal ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a previsão de tráfego, de forma que seja possível adequar a resposta dos serviços de fronteira ao volume de entradas?

2- Foi atempadamente comunicada a chegada dos voos oriundos de Inglaterra, na semana passada? Se sim, qual o motivo pelo qual, alegadamente, não foram colocados no Aeroporto de Faro os funcionários necessários ao célere controlo de fronteira?

3- Para quando se prevê a abertura a “e-gates” para controlo automatizado de fronteira no Aeroporto de Faro? Quantos e onde está prevista a instalação?

4- Está prevista a assinatura de um acordo de níveis de serviço, entre o SEF e a ANA – Aeroportos de Portugal, para cumprimento de boas práticas internacionais tal como é recomendado pela Associação Internacional de Transporte Aéreo - IATA?

Palácio de São Bento, 9 de outubro de 2020

Deputado(a)s

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)